

**CONSELHO DELIBERATIVO DO FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR
- CODEFAT -**

11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO GRUPO DE APOIO AO CODEFAT

Brasília, 23 de junho de 1993

Aos 23 dias do mês de junho de 1993, 15h, no 6ª andar do Bloco F da Esplanada dos Ministérios, realizou-se a 11ª Reunião Ordinária do Grupo de Apoio ao CODEFAT, sob a coordenação do Secretário-Executivo, Dr. Alexandre Jorge Loloian. Estiveram presentes o representante do BNDES, Mario Esteves; representante da CNF, Jorge Higashino; representante da CGT, Ademar Shiraishi; representante do MTb, Rodolfo Torelly; representante da CUT, Ivan Guimarães; representante do MPS, Alexandre Murado; representante da CNI, Carlos Manuel da Silva; representante do Banco do Brasil, Maurílio Barcelos e o representante da CEF, Joaquim Lima. Dando início aos trabalhos o Coordenador, esclareceu estar providenciando junto ao Banco do Brasil, a possibilidade de ceder profissionais com perfil adequado às necessidades da Secretaria-Executiva. Sobre o mesmo assunto, informou que já teve entendimentos com o BNDES, e posteriormente fará com a CEF. Informou o Coordenador, da urgência da assinatura do convênio do MTb/SE/CODEFAT com o BNDES para assegurar o recurso. O Coordenador fez um breve relato sobre os "clipping" relativos ao FAT, que estavam sendo entregues aos membros do GAP. Comentou ainda que as pesquisas sobre o Mercado de Trabalho, foram concluídas aguardando apenas a impressão. Item 1 - Ata da 9ª reunião do GAP foi aprovada. Item 2 - Análise das condições para repasse de recursos do FAT ao BNDES para financiar o Setor Naval. O coordenador justificou a ausência do representante da FORÇA SINDICAL, Willy Fischer, solicitando que a discussão sobre este assunto fosse adiada para a próxima reunião. Informou ainda, que o representante da Força Sindical teria uma reunião dia 24 com representantes da Petrobrás e da Construção Naval, para saber da demanda do setor e informar aos membros do CODEFAT. O Coordenador pediu para aprofundar as discussões sobre o Termo Aditivo que será apresentado pelo técnico do BNDES, Dr. Roberto Avolio do Departamento de Infra-estrutura e Transporte. O representante do BNDES, Mario Esteves, informa da necessidade de se eleger prioridade de segmentos para atendimento do setor naval, pois uma única plataforma que viesse a ser construída com recursos do FAT, absorveria quase que a totalidade dos recursos previstos. Continuando, o mesmo representante esclareceu que o segmento exportação não apresentou nenhuma

alteração ao que foi discutido anteriormente, estando apenas condicionado que os pretendentes ao crédito atendam ao decálogo e o regulamento do BNDES. A Petrobrás foi a única entidade que manifestou interesse em receber o recurso do FAT, cuja demanda é em torno de 140 milhões de dólares, sendo que o recurso do FAT é em torno de 200 milhões de dólares. O representante do BNDES, informou que necessita de informações jurídicas do Banco para estudar alternativas para viabilizar o empréstimo a Petrobrás, pois, não é simples para o próprio Ministério da Fazenda conseguir excepcionalidade para tal empréstimo, face a Resolução nº 1718 do Conselho Monetário Nacional. Ainda sobre o setor naval, disse o representante da CUT, Ivan Guimarães, que o FINAME não atende as necessidades da região Norte, pois segundo os empresários, a linha de financiamento é inadequada para àquela região. Disse ainda o mesmo representante, que se o BNDES achar necessário, que haja alteração no prazo de financiamento, ou outra linha para região, deverá ser discutido no CODEFAT, o mecanismo de financiamento não ligado ao FINAME, e sim via outros bancos da região como Banco do Brasil e BASA. Informou o representante do Banco do Brasil, Maurílio Barcelos que o Fundo do Banco do Brasil é direcionado para o Centro-Oeste. O Coordenador, sugeriu então um estudo para concessão de um empréstimo-ponte para a Petrobrás, observando o decálogo do CODEFAT e que prioriza embarcações para exportação, enfatizando que deverá ser observada a questão da adimplência. O representante da CUT, Ivan Guimarães, disse que a aprovação de critérios pelo CODEFAT, quando tratar de retorno de financiamento, deverá ser observado prazos diferentes para casos diferentes. Caso o BASA não tenha recursos para financiar o setor, deverá o CODEFAT discutir com o BNDES, uma linha de crédito especial para a região Norte, que segundo o Dr. Alexandre é também a posição do MTb. Quanto a Resolução nº 1718 do CMN/MF disse o representante da CUT, Ivan Guimarães, que a Câmara Setorial deve resolver a viabilização do acordo bem como a excepcionalidade da Resolução.

Item 3 - Apresentação pela CMI de dados básicos do projeto de informatização dos órgãos regionais, relativos ao fluxo de informações, recursos humanos disponíveis e situação física das instalações das DRT. O Plano de Informatização do Órgão Central e das Delegacias Regionais segundo a representante da SAG, Dr.^a. Marlene, não inclui aproximadamente 800 funcionários egressos do INAMPS, que fizeram opção pelo MTb e que foram entrevistados pela área de Recursos Humanos do MTb. A mesma representante informou que a Exposição de Motivos já foi elaborada e caso não haja a extinção do INAMPS os servidores virão transferidos. Cada DRT, segundo a Secretaria da Administração Geral, fez seu quadro de levantamento de necessidades, e houve uma grande perda de servidores. Entre os servidores que virão para o MTb muitos serão alocados no Seguro-Desemprego. A SAG informará ao Subgrupo o quantitativo por estado de servidores e Categoria Funcional. O representante da CUT, Ivan Guimarães, manifestou que se nos próximos quinze dias não houver conclusão sobre o problema de

escassez de pessoal será contratada uma Auditoria Externa para realizar o Projeto. O Coordenador, Dr. Alexandre, informou que será acrescentado ao Plano de Informatização o Fluxo de Informação e demanda de equipamentos cujos itens encontram-se em fase de conclusão pela SAG e CMI. O representante da CEF, Joaquim Lima de Oliveira, indagou se o Fluxo de Informações integra informações de vários Sistemas e onde será tratado o armazenamento e interface de dados pela DATAMEC, SERPRO. O representante da CMI falou da dificuldade, mas pretende que o Seguro-Desemprego tenha um prazo de 30 dias e que sobre a Fiscalização do trabalho tenha-se um zoneamento de fiscais e sua produção. Solicitou urgência do estudo do Plano para sua conclusão definitiva. Informou ainda o representante da Secretária da Administração Geral, que o Plano Emergencial de adequação das instalações de DRT e Subdelegacias contemplam: instalação elétrica, hidráulica, compra de veículo, fax, telefone, com o intuito de melhorar o atendimento ao público. O representante da CUT, Ivan Guimarães, falou da necessidade de se apresentar o Parecer Jurídico sobre as fontes que compõem o Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT. O representante do BNDES, Mário Esteves, solicitou ao Coordenador o Cadastro de Entidades Sindicais. O Grupo de Informática se reunirá dia 01.07 pela manhã às 10h, nas dependências do MTb para estudo do Plano de Informatização. A reunião do GAP, prevista para o dia 30.06, foi suspensa e colocado para aprovação pelo GAP, o Termo Aditivo ao Convênio com a CEF para atendimento ao trabalhador até dia 31/12. Aprovado a prorrogação do contrato. Item 4 - Linha de crédito do Banco do Brasil. O representante do Banco do Brasil, Maurílio Barcelo sentiu necessidade de solicitar esclarecimentos ao Grupo e o Coordenador pediu ao representante do Banco do Brasil maior detalhamento das condições de financiamento à pessoa física para apresentação ao GAP. As informações sobre potencial de mercado são importantes para que o CODEFAT tenha subsídios, caso tenha interesse em aprovar uma linha de crédito complementar às pessoas físicas, para o BNDES. Item 5 - Linha de crédito. O representante da CEF, Joaquim Lima de Oliveira, informou que houve uma demanda por ocasião da isenção do IPI para táxi cujo seguro do crédito e do veículo , feito pela SASSE (seguradora da Caixa), e que hoje a Caixa está financiando veículos e ônibus. Item 6 - Demanda do BNDES e Banco do Brasil para tratores e equipamentos agrícolas. O representante da CUT, Ivan Guimarães, sugeriu ao representante do BNDES, Mario Esteves, um levantamento junto a ANFAVEA, para verificar qual a demanda neste setor. Item 7 - Recolhimento de depósitos judiciais PIS/PASEP e FINSOCIAL pela CEF. O representante da CEF, Joaquim Lima, informou o envio do ofício DIRCO 025/93 de 19 de abril de 1993, ao Secretário-Geral do Conselho de Justiça Federal propondo modelo padronizado de Recolhimento de depósitos judiciais possibilitando identificar o tributo, a unidade da federação, mês, ano e outras informações que se fizerem necessárias nos depósitos judiciais uma vez que o atual modelo inviabiliza tais identificações.

Item 8 - Relatório Final das aplicações do FAT/FINAME. O representante do BNDES, Mario Esteves informou que o orçamento contempla o financiamento agrícola. A demanda anual, de junho de 1992 a maio de 1993 foi de 250 milhões de dólares, informando não existir outra linha de financiamento nesta área. O Coordenador do GAP, recomendou cuidado com a descentralização setorial: automóveis, colheitadeiras e tratores. Falou ainda sobre o atendimento ao setor agrícola pelo BNDES para financiamento de tratores e máquinas agrícolas. O representante da CUT, Ivan Guimarães, informou que algumas empresas estão interessadas em efetuar o pagamento do PIS. Item 9 - Pendências do GAP. A Secretaria-Executiva do CODEFAT está fazendo num levantamento junto aos diversos setores da SPES e constatou que várias já foram atendidas, necessitando apenas concluir e entregar o resultado ao GAP. Item 10 - Outros assuntos. O Coordenador do GAP informou da necessidade de aprovação do Aditivo ao Contrato com os Correios para dar continuidade ao uso do malote que leva diariamente documentos do Seguro-Desemprego que anteriormente vinha sendo pago pelo INSS. Aprovado. O representante da CUT, falou que entre as pendências deve ser elaborado o documento que defina a metodologia do orçamento do FAT/94. Nada mais havendo foi encerrada a reunião e, para constar, eu, Alexandre Jorge Loloian, Coordenador, determinei que se lavrasse a presente ata que será assinada por mim e pelos membros aqui presentes.

ALEXANDRE JORGE LOLOIAN
Coordenador

MARIO ESTEVES FILHO/BNDES

JORGE HIGASHINO/CNF

ADEMAR SHIRAIISHI/CGT

RODOLFO PÉRES TORELLY/MTb

IVAN G. RIBEIRO GUIMARÃES/CUT

ALEXANDRE MURADO DO NASCIMENTO/MPS

CARLOS MANUEL DE A. P. DA SILVA/CNI
